

Cúpula Mundial de Bacias 2026 Relatório da Sessão 2

**Diálogo entre cidades e bacias para a segurança
hídrica: conciliando o desenvolvimento urbano,
costeiro e rural**



16 a 19 de junho de 2026, Rio de Janeiro, Brasil

Contexto temático

As cidades são importantes centros de consumo e poluição da água, mas sua segurança hídrica está intrinsecamente ligada à saúde da bacia circundante, muitas vezes se estendendo muito além de seus limites administrativos. O principal desafio é a desconexão da governança: o planejamento urbano e o manejo rural da terra são frequentemente isolados, levando a conflitos sobre a alocação de recursos, poluição (por exemplo, de escoamento agrícola ou águas residuais urbanas) e riscos de inundações exacerbados pelo selamento do solo. Essa falta de diálogo integrado ameaça tanto a qualidade da água para as populações urbanas quanto a viabilidade econômica das áreas rurais, particularmente a agricultura. O planejamento da gestão da bacia, conforme promovido no manual publicado pela RIOB e pela IWA sobre “Cidades conectadas à bacia”, fornece a plataforma essencial para preencher essa lacuna. Ele promove um diálogo em que as cidades, como grandes usuárias e investidoras, podem colaborar com as partes interessadas dos setores agrícola, industrial e ambiental. O processo de planejamento deve conciliar ativamente esses interesses, desenvolvendo diagnósticos compartilhados, promovendo medidas de economia de água nas cidades, financiando soluções rurais baseadas na natureza que beneficiem o abastecimento de água urbano e criando mecanismos de solidariedade financeira em todo o território.

Palestrantes

CITY-BASIN DIALOGUE FOR WATER SECURITY: RECONCILING URBAN, COASTAL AND RURAL DEVELOPMENTS

 Ms. Marie-Thérèse Itongo Executive Secretary, International Commission of the Congo-Ubangi-Sangha basin (CICOS)	 Mr. Vinicius Benevides President, Brazilian Association of Regulatory Agencies (ABAR), Brazil	 Ms. Maria Amakali Acting Deputy Executive Director for Water Affairs, Ministry of Agriculture, Fisheries, Water and Land Reform (MAFWLR), Namibia	 Mr. Heikki Mäkinen Chief Executive Officer (CEO), Lake Vesijärvi Foundation, Finland
 Mr. Enrique Guardo Director of Basin Management, Joint Commission of the Parana River (COMIP)	 Ms. Ana Asti Under-secretary of Water resources and Sustainability for the Secretariat of Environment and Sustainability of the State of Rio de Janeiro (SEAS) and President of the Committee for the Integration of the Paraíba do Sul River Basin (CEIVAP), Brazil	 Mr. Oudomsack Philavong Director General of the Department of Water Resources, Ministry of Agriculture and Environment, Lao PDR	 Mr. Yofre Ramon Mendoza President, Watershed Councils (COCU), Ecuador

Relatório da sessão

Problemas enfrentados:

A sessão destacou a frequente falta de diálogo ativo entre as políticas urbanas municipais e as estruturas de gestão de bacias. Além disso, as estruturas administrativas tradicionais muitas vezes não estão preparadas para lidar com os desafios hídricos modernos e com situações que são tanto dinâmicas quanto intersetoriais. Essa dificuldade em estabelecer um diálogo entre os formuladores de políticas urbanas e os gestores de bacias e recursos hídricos também cria um território menos preparado para enfrentar as consequências das mudanças climáticas, a escassez de água e as enchentes.

Além disso, a disparidade entre os centros urbanos e as periferias rurais ou costeiras revela desigualdades em infraestrutura e saúde ambiental. Municípios rurais menores frequentemente carecem de capacidade técnica e financeira para estabelecer sistemas adequados de abastecimento de água e infraestrutura de tratamento de esgoto, o que leva à poluição localizada e à degradação dos recursos.

Além disso, corpos d'água adjacentes a áreas urbanas em expansão, como o Lago Vesijärvi, na Finlândia, podem sofrer degradação ecológica de longo prazo que exige esforços coordenados de restauração, engajamento permanente das partes interessadas e estruturas de governança capazes de sustentar ações ao longo de várias décadas.

A situação de escassez hídrica enfrentada em 2024-2025 no Estado de São Paulo e na bacia do Rio Paraíba do Sul ilustrou como o diálogo entre cidades e bacias é necessário para conciliar usos concorrentes da água entre vários estados e municípios. De fato, esse período colocou a região em estado de calamidade pública devido à menor vazão histórica já observada nos reservatórios na história do balanço hídrico da região. No entanto, a demanda por água permaneceu alta e a situação exigiu um maior desvio de volume de água para suprir as necessidades dos reservatórios interconectados na parte paulista, afetando o volume de água que flui para os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Essa situação exigiu negociações contínuas entre os estados e municípios a montante e a jusante, apoiadas por informações técnicas e pela estrutura institucional fornecida pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP).

Exemplos de soluções implementadas:

Embora todas as organizações que contribuíram para esta sessão tenham enfrentado situações semelhantes, caracterizadas por uma governança descoordenada em todo o território (áreas urbanas, rurais, litorâneas e bacias), os palestrantes destacaram as diversas abordagens adotadas para enfrentar esse desafio.

Na República Democrática Popular do Laos, um projeto financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e implementado pelo Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Departamento de Recursos Hídricos do Laos, promove o planejamento integrado entre centros urbanos e bacias circundantes, a fim de fortalecer a resiliência climática. A proposta de “Reconciliação Cidade-Bacia” é representada por um diagrama que tem a Resiliência Climática como objetivo central e um envelope triplo representado por instrumentos convergentes: a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) aplicada ao ambiente urbano, a Adaptação Baseada em Ecossistemas e a Gestão Integrada de Bacias que abrange o ambiente agrícola. O Plano de Ação do Laos “Estratégia de Gestão Integrada de Inundações e Resiliência Climática” (Ação ICFMS 2025-2029) abrange o perímetro de cinco distritos rurais onde estão localizadas 15 aldeias-alvo, com investimentos direcionados à infraestrutura de defesas físicas contra inundações fluviais e secas severas, bem como ao plantio de florestas para absorver volumes excessivos de águas torrenciais a montante dos leitos dos rios. Um aspecto fundamental do Plano de Ação é o compromisso de incluir a participação ativa das comunidades agrícolas nas reuniões de desenvolvimento de projetos e nas consultas que resultam em Acordos Comunitários de Conservação.

Na Namíbia, a capital Windhoek reduziu progressivamente sua dependência de uma única fonte de água por meio do abastecimento diversificado, da inovação tecnológica e da governança adaptativa. Para isso, Windhoek estabeleceu a primeira estação de Reutilização Direta de Água Potável do mundo, opera um sistema de recarga controlada de aquíferos e instituiu um Ciclo de Governança Adaptativa baseado em workshops envolvendo autoridades regionais e partes interessadas para analisar periodicamente a situação da disponibilidade hidrológica e da demanda cada vez maior. Essa mudança faz parte da estratégia “cidade conectada à bacia” que foi adotada e que envolve a descentralização da tomada de decisões, o fortalecimento de comitês de gestão e a garantia de investimentos de longo prazo para inovações capazes de se adaptar à variabilidade climática.

Na bacia do rio Portoviejo (Equador), o Conselho das Bacias administra um projeto de “Reconciliação Territorial”, co-financiado pelas agências de cooperação francesa e espanhola (AFD e AECID), com um orçamento total de US\$ 137 milhões. Esse projeto reúne autoridades locais, usuários, a academia, setores produtivos e a sociedade civil em torno de prioridades definidas em conjunto. As ações-piloto concentram-se em soluções baseadas na natureza, gestão da irrigação e resiliência territorial, ao mesmo tempo em que reforçam a cooperação entre instituições e atores locais. Os projetos podem gerar resultados em Soluções Baseadas na Natureza, gestão integrada da irrigação e resiliência territorial, aplicáveis tanto à infraestrutura verde para mitigação quanto para adaptação em resposta às mudanças climáticas.

Principais conclusões:

- O sucesso a longo prazo depende do diálogo contínuo entre as partes interessadas, de planos de ação acordados em conjunto, da comunicação,

de uma governança descentralizada e inclusiva e do monitoramento regular de indicadores ambientais.

- A segurança hídrica urbana requer fontes de água diversificadas e investimentos estáveis de longo prazo, capazes de se adaptar às mudanças climáticas e de mitigar seus impactos.
- A resiliência climática depende de ações coordenadas desde as bacias a montante até as cidades a jusante, apoiadas pelas comunidades locais por meio de uma governança participativa e transparente.
- Soluções inovadoras, como Parcerias Público-Privadas ou Inteligência Artificial, além de estruturas sólidas de cooperação, constituem um apoio técnico crucial para a tomada de decisões e a gestão dos recursos hídricos.
- Mecanismos de financiamento de longo prazo, que possibilitam o planejamento de longo prazo, continuam no centro da discussão. O financiamento sustentável pode ser alcançado por meio de tarifas cobradas dos usuários de água e de mecanismos de solidariedade financeira que redistribuem a receita, bem como por meio da captação de recursos de financiadores internacionais.
- A Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR) identificou seis pilares fundamentais para uma governança eficaz entre cidades e bacias: uma visão compartilhada, gestão integrada, participação das partes interessadas, diálogo para a resolução de conflitos, resiliência climática e investimento de longo prazo protegido dos ciclos políticos.
- A cooperação transfronteiriça contínua e sólida é especialmente importante em momentos de pressão sobre os recursos hídricos, a fim de garantir o abastecimento estratégico de água para geração de energia, preservação ambiental e da biodiversidade, produção de alimentos e para atender às necessidades da pecuária rural.

De modo geral, as discussões confirmaram que a segurança hídrica não pode mais ser considerada a partir da perspectiva de uma única cidade, setor ou jurisdição. Além das diferenças geográficas, climáticas e culturais, todas as experiências apresentadas chegaram à mesma conclusão: a segurança hídrica é, acima de tudo, uma construção institucional, e não um desafio puramente técnico. Não basta mais gerenciar rios, lagos ou aquíferos, pois a segurança hídrica depende, em última instância, da capacidade das instituições de construir consensos, coordenar atores e gerenciar as relações entre territórios, setores econômicos e comunidades, a fim de manter uma cooperação de longo prazo além dos ciclos políticos.



Créditos: RIOB e Fabiano Veneza/SEAS